

DOI 10.20396/conex.v15i1.8649230

Entrevista

O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil



José Irineu Gorla¹
Décio Roberto Calegari²

RESUMO

Esta entrevista apresenta experiências vivenciadas no esporte para pessoas com deficiências. O professor Vanilton Senatore foi um dos precursores dessa área, atuando na prática e exercendo liderança na construção e implantação de políticas públicas. Tem formação em Educação Física, licenciado pela PUC Campinas em 1972 e atuante na Educação Física Escolar e Esporte para Pessoas com Deficiência desde 1974. “Participou da Carta de Batatais” em dezembro de 1986, que instituiu a disciplina de Educação Física Adaptada nos currículos de formação superior em Educação Física. Também atuou em vários projetos em nível nacional envolvendo pessoas com deficiências. As experiências apontadas pelo professor Vanilton certamente contribuíram e contribuem para os avanços da área da Educação Física e Esportes para Pessoas com Deficiências.

Palavras-Chave: Esporte adaptado. Políticas públicas. Educação física adaptada. Deficiência.

¹ Universidade Estadual de Campinas

² Universidade Estadual de Maringá

Recebido em: 08 maio 2017

Aprovado em: 10 jun. 2017

Contato: gorla@fef.unicamp.br

Sport as a tool for recognition and appreciation of people with disabilities in Brazil

ABSTRACT

This interview presents practical and lived experiences in sports for people with disabilities. Teacher Vanilton Senatore was one of the precursors of this area, acting in practice and exercising leadership in the construction and implementation of public policies. He has a degree in Physical Education, licensed by PUC Campinas in 1972 and active in Physical Education and Sports for Persons with Disabilities since 1974. He participated in the Charter of Batatais that "in December 1986, established the discipline of Adapted Physical Education in curricular matrices from Physical Education Higher Courses. He has also worked on several national projects involving people with disabilities. The experiences pointed out by Professor Vanilton certainly contributed and contribute to the advances of Physical Education and Sports for People with Disabilities.

Keywords: Sport adapted. Public policy. Adapted physical education. Deficiency.

El deporte como herramienta de reconocimiento y valoración de la persona con discapacidad en Brasil

RESUMEN

Esta entrevista presenta experiencias vividas en deportes para personas con discapacidad. El profesor Vanilton Senatore fue uno de los precursores de esta área, actuando en la práctica y ejerciendo liderazgo en la construcción e implementación de políticas públicas. Tiene formación en Educación Física, licenciado por la PUC Campinas en 1972 y participación activa en Educación Física y Deportes para Personas con Discapacidad desde 1974. Participó en la construcción de la Carta de Batatais que "en diciembre de 1986, estableció la disciplina de Educación Física Adaptada en los currículos de los Cursos Superiores de Educación Física. También ha trabajado en varios proyectos nacionales que involucran a personas con discapacidades. Las experiencias señaladas por el Profesor Vanilton ciertamente contribuyeron y contribuyeron a los avances de la Educación Física y Deporte para Personas con Discapacidad.

Palabras Clave: Deporte adaptado. Políticas Públicas. Educación física adaptada. Discapacidad.

1. Como se deu sua ligação com a educação física e o esporte para pessoas com deficiência?

Ao concluir minha licenciatura em Educação Física em 1972 pela PUC-Campinas, como a grande maioria dos graduados naquela época, não tinha nenhuma informação sobre pessoas com deficiência nas atividades físicas e esportivas.

Por casualidade, tive duas experiências com pessoas com deficiência em 1972, último ano do meu curso. A primeira foi, no meio do primeiro semestre, em um estágio de duas aulas feitas no Centro de Reabilitação de Piracicaba (CRP), entidade que atendia pessoas com deficiência intelectual, em sua maioria Síndromes de Down e depois durante minha estada no Campus Avançado da UNICAMP em Cruzeiro do Sul, Acre, como integrante da equipe do Projeto Rondon.

Ficamos lá por 50 dias, entre julho e setembro de 1972, e tive como companheiro de equipe meu amigo João Paulo Subirá Medina, eu aluno e ele já formado em Educação Física. Além das aulas que dei no Educandário Santa Terezinha, escola local, fiz um trabalho com crianças e jovens de um Orfanato que existia anexo ao Campus e que abrigava filhos de hansenianos, alguns deles com sequelas físicas causadas pela doença.

Não posso dizer que as duas situações tenham me influenciado, mas, certamente, alguma coisa mesmo que inconsciente ficou. De outubro de 1972 e setembro de 1974 dei aulas no Ginásio Estadual Professor Celestino de Campos no Parque Industrial em Campinas, onde conheci uma aluna, Maria Regina Postal, que acompanhava a irmã gêmea, Maria Elisa Postal, nas aulas da equipe de Voleibol da escola. Regina não participava, pois ela tinha uma seqüela de poliomielite e era dispensada das aulas. Mesmo ainda sem ter a nenhuma noção sobre Educação Física Adaptada como conhecemos hoje, eu sempre a envolvia em alguma coisa que ele pudesse fazer.

2. Você consegue recordar quais atividades que chamaram sua atenção para a Atividade Física Adaptada?

Em setembro de 1974 tomei posse, como professor de Educação Física da Fundação Educacional do Distrito Federal após ter prestado concurso em fevereiro do mesmo ano. Como tinha contatos com o pessoal do DF em razão de minhas idas anteriores a Brasília e, principalmente, por ter convivido com eles durante os JEBS - Jogos Escolares Brasileiros realizados em julho de 1974 em Campinas, não tive dificuldades ao iniciar meu trabalho por lá e logo em outubro, com pouco mais de um mês de atividades, fui convocado para trabalhar nos JEESP-DF, Jogos Escolares do Ensino Especial do Distrito Federal, mais precisamente nas competições de Atletismo.

Ali eu acredito que tenha se dado o “start” que iria mudar ou indicar o rumo da minha vida profissional. Nos anos seguintes, 75, 76 e 77 estive sempre envolvido, não só nas competições do Ensino Especial, mas ajudando meus colegas no treinamento dos alunos especiais. Particpei ainda, a partir de 1976, em outras atividades esportivas para pessoas com deficiência que aconteceram em Brasília, promovidos por entidades locais entre elas a AMPARE, APAE/DF, APAED, Comissão Jovem Gente com a Gente, Pestalozzi Brasília, Instituto Dom Orione, ADFB, CEAL.

Em 1978, por indicação da Direção de Educação Física e Desportos Estudantis da Fundação Educacional do Distrito Federal (DED/FEDF) fiz o curso de Ginástica Escolar Especial promovido pela SEED/MEC e realizado pela FEF-USP em São Paulo. Entre 1977 e julho de 1979 fui Chefe do NUTEDE - Núcleo de Técnicas Desportivas da DED/FEDF e a partir de agosto de 1979 assumi a Direção da DED onde fiquei até abril de 1985. Em abril de 1985 assumi a Coordenação do Esporte Escolar da SEED/MEC.

3. Há em sua vida profissional algum momento em que você tenha feito a opção em priorizar pela atividade de Educação Física e Esportes para pessoa com deficiência?

Entre 1979 e o início de 1985 o meu envolvimento com a Educação Física Especial e o esporte para pessoas com deficiência não pôde ser intensificado face as minhas atribuições como Diretor de Educação Física da Secretaria da Educação do Distrito Federal e as aulas que ministrava na Faculdade Dom Bosco de Educação Física.

No ano de 1984 e início de 1985 o projeto Integrado SEED/CENESP propiciou uma ampla discussão regionalizada em nível nacional sobre a Educação Física Especial do qual participei como dirigente de Educação Física do DF, principalmente nas ações desenvolvidas na região centro oeste.

Como resultado das informações que vinham sendo levantadas e discutidas desde 1982 o MEC definiu como linha básica e prioritária para o Plano Pluri Anual, a “Educação Para Todos” (PPA) a SEED/MEC, em abril de 1985, no início do Governo do Presidente Tancredo Neves/José Sarney, definiu seu programa “Preparação de Recursos Humanos” incluindo o Subprograma “Preparação de Recursos Humanos em Educação Especial” para o qual fui designado como gerente. Foi aí então que retomei, com maior intensidade e tempo, a questão da Educação Física Especial.

4. Quais os principais fatos que marcaram essa valorização da Educação Especial?

Em paralelo ao meu trabalho com a Coordenação do Esporte Escolar, fui indicado pelo então Secretário Dr. Bruno da Silveira, como representante da SEED/MEC no comitê criado pelo Decreto nº. 91.872 de 4 de outubro de 1985 com a

finalidade de “traçar a política de ação conjunta visando ao aprimoramento da Educação Especial e à integração das pessoas portadoras de deficiência”.

O Comitê foi presidido pelo Ministro da Educação Dr. Jorge Bornhausen, teve como Secretária Executiva a Dra. Lizair de Moraes Guarino e Coordenadora a Dra. Teresa Costa d’Amaral. Ao todo eram 47 membros entre especialistas das áreas da Educação, Saúde, Psicologia e representantes das diversas entidades nacionais de atendimento as pessoas com deficiência. As ações mais intensas ocorreram entre janeiro e maio de 1986.

Em primeiro de julho de 1986 o Comitê concluiu seu trabalho entregando o “Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente.” Como resultados concretos foram criadas a Secretaria de Educação Especial (SESP) vinculada a estrutura do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE/PR)” vinculada ao Gabinete Civil da Presidência da República.

A Dra. Teresa Costa D’Amaral foi convidada pelo Presidente Sarney para Coordenadora Nacional da CORDE e eu tive a honra de ser convidado por ela para ser o Coordenador Nacional Adjunto cargo que exerci até julho de 1989.

5. Podemos considerar o ano de 1986 como o seu ano da definição do caminho na Educação Física?

De certa maneira sim, pois foi desse momento em diante que a minha prioridade de ação passou a ser a Educação Física Especial e o Esporte para Pessoas com Deficiência. Durante o ano de 1986 foram realizadas ações que entendo terem sido marcantes para essa questão.

A inclusão do esporte adaptado nos JEBs – Jogos Escolares Brasileiros realizados em julho na cidade de Vitória, ES. Na competição de Atletismo dos jogos, tivemos, como demonstração, a participação de deficientes físicos em cadeira de rodas e deficientes visuais. O apoio e a parceria da ABRADecAR, ABDC e ANDE e do DEARES - ES garantiu o sucesso e causou um impacto definitivo. Não podemos deixar de ressaltar a colaboração e empenho, entre outras, de pessoas como o Professor Aldo Micolis, José Gomes Blanco e Mario Sergio Fontes, então dirigentes das entidades nacionais e do Professor Ruy Girão, de Vitória, ES.

Em relação ao Subprograma “Preparação de Recursos Humanos em Educação Especial” tivemos três documentos que reputo da maior importância:

- Relatório da Reunião de Tramandaí, RS, realizada em março;

- Relatório com as questões e propostas definidas – agosto de 1986;
- “Carta de Batatais” – dezembro de 1986.

6. No ano de 1987, sua ida para a CORDE/PR não o afastou da Educação Física e do Esporte Adaptado?

Não. Aconteceu exatamente o contrário. Quando fui convidado pela Dra. Tereza para trabalhar na CORDE expus a ela minha intenção de me dedicar com prioridade as questões da Educação Física Especial e do esporte para pessoas com deficiência o que ela aceitou e me deu inteiro apoio. É importante lembrar que o “Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente”, do qual participei na elaboração, contemplava em diversos itens essa questão. Em julho de 1987, já como Coordenador Adjunto da CORDE/PR; participei de reunião com a SEED/MEC onde foram definidas as primeiras Universidades a serem apoiadas com recursos do Ministério para a realização dos “Cursos de Especialização em Educação Física Especial”.

Até julho de 1989 quando deixei a CORDE, meu trabalho foi quase que exclusivamente voltado para a área da Educação Física e Esportes na “integração das pessoas portadoras de deficiência”, terminologia usada na época.

7. Quais as principais ações desenvolvidas pela CORDE durante participação?

- Apoio e participação nos Cursos de Especialização financiados pela SEED/MEC;
- A parceria com a Universidade do Sul da Flórida por meio do programa “I’M SPECIAL” que disponibilizou dezessete vídeos que, após legendados, foram copiados e distribuídos para as IES de Educação Física Brasileiras;
- A inclusão e participação dos alunos com deficiência nos JEBs 1988;
- Apoio à Federação Nacional das APAEs na implantação do programa Special Olympics International com a tradução e reprodução de material didático e curso para professores durante as Olimpíadas Nacionais das APAEs e Escolas Especializadas realizada em Bauru, SP – outubro de 1988;
- Apoio as entidades nacionais de esportes para deficientes vinculadas ao movimento paralímpico, - Associação Brasileira de Desporto para Cegos - ABDC, a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas – ABRADecAR, e a Associação Nacional de Desporto para

Deficientes para concretizar a participação brasileira nas Paralimpíadas de Seul – 1988 com a publicação da Portaria Interministerial nº. 1207 de 17 junho de 1988 O grupo de trabalho constituído pela portaria foi o responsável pela preparação e participação da equipe brasileira sendo reconhecido pelo Comitê organizador dos Jogos como o NPC Brasil – National Paralympic Committee Brasil;

- Lançamento oficial, em agosto de 1988, do projeto Brasil Paralimpico SEUL 1988 do Comitê Paralimpico Brasileiro, evento que foi realizado no salão nobre do Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro.

8. Quais foram os passos dados para que o projeto de criação do CPB fosse concretizado?

Após a promulgação da Constituição em 3 de outubro de 1988, iniciou-se o processo de discussão para reformar a Lei nº 6.251/75 e o Decreto nº 80.228/77, processo esse finalizado com a sanção da Lei nº. 8.672 em 6 de julho de 1993.

Os resultados alcançados pela equipe brasileira na Paraolimpíada de Seul-88, com a conquista de vinte e sete medalhas, quatro de ouro, nove de prata e quatorze de bronze, contribuíram para fortalecer e tornar o movimento paraolímpico mais conhecido em nosso país sendo decisivo na formulação do modelo de administração esportiva a partir de então.

Em 1990, foi incluso o DEPED – Departamento de Desportos para Pessoas Portadoras de Deficiência na estrutura da Secretaria dos Desportos da Presidência da República. O Projeto de Lei para regulamentação do esporte brasileiro adequando-o a nova constituição foi encaminhado ao Congresso Nacional em abril de 1991 e sancionado com a Lei nº. 8672/93.

Em janeiro de 1991, ainda sob a vigência da Lei nº. 6251/75 e do Decreto 80.228/77, a SEDES/PR reeditou o Grupo de Trabalho Interministerial garantindo a participação do Brasil nos Jogos Paraolímpicos de Barcelona – 1992.

Os trabalhos desenvolvidos pelos GT de 1988 e 1991/1992 se pautaram pelas normas e procedimentos adotados internacionalmente pelo ICC e IPC e serviram de base para uma nova postura do movimento paraolímpico brasileiro propiciando que as entidades nacionais, espelhadas na tendência mundial e nos ensinamentos adquiridos na preparação e participação nos Jogos de 1988 e 1992, caminhassem de forma determinada para a criação do CPB - Comitê Paraolímpico Brasileiro.

9. Qual o principal benefício da criação do CPB?

Sancionada em 16 de julho de 2001, a Lei nº. 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva) estabeleceu que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro sendo, respectivamente, 85% e 15%, do total dos recursos a cada entidade. Essa lei foi decisiva para que o movimento paralímpico brasileiro iniciasse um novo estágio de organização e desenvolvimento.

A Lei Agnelo/Piva representou o grande diferencial da história paralímpica brasileira. Ela assegurou ao movimento a condição fundamental de trabalho permitindo a formulação e o desenvolvimento de um planejamento estratégico que contribuiu de forma incontestável, para sua consolidação e expansão em todo o país.

Com ela tivemos, a partir de 2001, o início do terceiro e mais importante estágio do esporte paralímpico brasileiro, como demonstram os resultados alcançados nos Jogos de Atenas-2004, Pequim-2008 e Londres2012. O Brasil vem trilhando, com decisão e firmeza, o caminho da sua consolidação como potência mundial do movimento paralímpico. Encheu-nos de orgulho acompanhar nos Jogos Paralímpicos de Londres 2012 os nossos atletas conquistarem o melhor resultado da história paraolímpica brasileira. Foram 43 medalhas, sendo 21 de ouro, 14 de prata e 8 de bronze, resultado que colocou o Brasil entre os “dez mais” com o sétimo lugar na classificação geral.

10. Na sua opinião, quais ações desenvolvidas foram determinantes para o sucesso do Movimento Paralímpico?

Sem traumas e angústias sabemos que alguns dos nossos heróis, dentro de uma lógica natural da vida, já começam a sentir o peso dos anos e deverão, em algum tempo, estar cedendo seus lugares a novos campeões. As Paralimpíadas Escolares, iniciadas em 2006, demonstram o caminho certo na busca desses novos talentos, trabalho que precisa ser constante e estruturado, para garantir que o processo natural de renovação não seja interrompido.

Criado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro em 2005, o projeto “Paralímpicos do Futuro” levou o esporte para pessoas com deficiência para as escolas brasileiras incentivando a participação de alunos com deficiência matriculados no ensino fundamental e médio e oferecendo cursos de capacitação para os professores de Educação Física das redes estaduais de ensino.

Como fruto inicial do projeto “Paralímpicos do Futuro”, foi instituída e realizada pelo CPB em 2006 na cidade de Fortaleza, CE, a primeira edição das Paralimpíadas Escolares. Com dois esportes, Atletismo e Natação, participaram mais de 350 alunos com deficiências físicas, visuais e intelectuais de 13 estados e do Distrito Federal.

O CPB realizou em Brasília, DF, a segunda edição em 2007. O evento não foi realizado em 2008 e retornou em 2009 novamente em Brasília com seis esportes. De 2010 a 2014, foi realizado em São Paulo, SP, com dez esportes e apoio da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Na edição de 2015, realizada em Natal, RN, participaram equipes representativas de 25 das 27 unidades da federação. Em 2016 o evento retornou a São Paulo e foi realizado em novembro, já utilizando as instalações do Centro Nacional de Treinamento Paralímpico.

11. No seu retorno a São Paulo, seu envolvimento com a área continua. Quais as principais ações desenvolvidas no estado SP direcionadas a integração social da pessoa com deficiência?

O estado de São Paulo, pela Lei Complementar nº. 1038 em 6 de março de 2008, criou a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPcD, a primeira em nível estadual do Brasil.

A SEDPcD tem um histórico de trabalho com ações que buscam promover e garantir os direitos das pessoas com deficiência nas políticas públicas estaduais nas áreas da Saúde, Educação, Transporte, Trabalho e Renda, Segurança Pública, Habitação e Esportes.

Nas atividades esportivas, as ações vêm sendo desenvolvidas em conjunto com as secretarias de Estado da Educação e de Esportes, Lazer e Juventude, com prefeituras municipais e entidades de atendimento das pessoas com deficiência.

A efetivação dessas ações se deu a partir de encontros regionais realizados com as lideranças do movimento esportivo das pessoas com deficiência no estado e com a instituição do Comitê Apoio ao Paradesporto pelo Decreto nº 53.603 de 23 outubro de 2008, encarregado da elaboração do Plano Bianual de Ação Paradesportivo do Estado de São Paulo. Em 2009, foram realizados nove fóruns regionais que levantaram e discutiram as boas experiências existentes, as dificuldades e as propostas de melhorias. A partir desse trabalho foram capacitados mais de 2.000 profissionais de Educação Física da rede estadual de ensino para garantir, a partir da escola, a efetiva inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física e práticas esportivas no ensino fundamental e médio, incluídos esportes específicos e provas adaptadas para deficientes no Regulamento Geral dos Jogos Escolares.

12. Quais ações merecem destaque e podem ser consideradas decisivas para o desenvolvimento do Esporte Paralímpico?

Não temos dúvidas em afirmar que a atividade física e esportiva como ferramenta propulsora no processo de inclusão social da pessoa com deficiência no estado de São Paulo ganhou ainda mais força e relevância desde 2008, com conseqüente

irradiação para outros estados brasileiros. Isso pode ser dimensionado pelos resultados alcançados de diversas ações desenvolvidas, em especial, na parceria estabelecida entre a SEDPcD e o CPB na realização das Paralimpíadas Escolares e no projeto “Time São Paulo Paralímpico”.

Com apoio financeiro e técnico, as Paralimpíadas Escolares foram realizadas na cidade de São Paulo nos anos de 2010 a 2014 envolvendo, em média por evento, cerca de 1.000 estudantes com deficiência entre 12 e 18 anos representantes de mais de 20 estados e o Distrito Federal. A troca de experiências, conhecimento e a convivência entre os jovens estudantes esportistas brasileiros, seus professores e dirigentes participantes das competições, mais que resultados esportivos, trouxeram um ganho imensurável de auto estima, valorização e cidadania.

O projeto “Time São Paulo Paralímpico”, cuja discussão e formatação teve início em julho de 2011, garantiu apoio financeiro do estado para a manutenção e preparação de alguns dos melhores atletas paralímpicos brasileiros, iniciando com 25 atletas de ponta em nove modalidades esportivas individuais. Os resultados esportivos alcançados por esses atletas nos dois maiores eventos nesse período, os Jogos Parapanamericanos de Guadalajara, México em 2011 e os Jogos Paralímpicos de Londres – 2012 foram expressivos com resultados altamente positivos para a consolidação do processo da inclusão pelo esporte.

Em Londres, 24 atletas do Time São Paulo estiveram na delegação brasileira e, das 21 medalhas de ouro, 14 de prata e oito de bronze, 75% foram conquistadas por eles.

Além da ajuda ao esporte paralímpico brasileiro, o projeto foi um poderoso instrumento na disseminação da importância da atividade física, do lazer e do esporte para as pessoas com deficiência no processo da inclusão e reinclusão social, na melhoria da autoestima, da saúde e da qualidade de vida. A participação dos atletas nos encontros com estudantes da rede estadual em todas as 91 Diretorias Regionais de Ensino e em outros eventos dirigidos a públicos distintos por meio das visitas e palestras promovidas nas 15 regiões administrativas do estado contribuíram decisivamente na redução e quebra de barreiras e preconceitos que ainda persistem em relação às pessoas com deficiência.

O projeto segue rumo aos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro – 2016 e nesse ano de 2016 estão sendo apoiados 28 atletas e 6 atletas guias em nove modalidades esportivas: atletismo, bocha, judô, natação, paracanoagem, remo, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e vela.

13. Em sua opinião qual a maior conquista do investimento no Esporte Paralímpico do Estado de São Paulo?

Como legado físico e fruto de uma parceria entre o Governo de São Paulo pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e o Governo Federal pelo Ministério do Esporte, está sendo implantado o Centro Nacional de Treinamento Paralímpico. A construção foi iniciada em outubro de 2013 e deverá ser entregue para uso do esporte paralímpico brasileiro nesse ano de 2016. Em seus mais de 100.000 metros quadrados de área no Parque Fontes do Ipiranga em São Paulo, teremos acomodações para 280 pessoas, instalações esportivas de última geração para quinze modalidades, espaços de apoio técnico e convivência social. Tudo em um projeto arquitetônico totalmente integrado em uma das mais exuberantes áreas de preservação ambiental da capital paulista.

14. Quais programas governamentais contribuíram para o desenvolvimento do Esporte Adaptado?

Uma outra forma de promoção, mais restrita, é através do apoio financeiro. Atualmente, o patrocínio direto a atletas ou equipes, ainda que não seja tão simples, acontece com mais frequência por parte de pessoas físicas, empresas privadas e entes governamentais. O Governo Federal tem um programa de Bolsa Atleta e outro de incentivo fiscal via dedução do Imposto de Renda. O Governo do Estado de São Paulo tem um programa individual denominado Bolsa Talento Esportivo e um de incentivo fiscal via ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e de Serviços. Os programas federal e estadual preveem especificamente as categorias de apoio a atletas e equipes do paradesporto. Além de São Paulo, outros estados e muitos municípios pelo Brasil também já possuem formas de apoio e promoção ao esporte das pessoas com deficiência.

Ministério do Esporte

Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 - Institui a Bolsa-Atleta.

Lei de Incentivo ao Esporte – Lei 11.438/2006 – permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido.

Governo do Estado de São Paulo

Decreto Nº 55.636, de 26 de março de 2010 - Este decreto regulamenta o artigo 16 de Lei 13.918, de 22 de dezembro de 2009, que autoriza o Poder Executivo a conceder crédito outorgado correspondente ao valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS destinado pelos respectivos contribuintes a projetos desportivos credenciados pela Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude de São Paulo - SELJ.

Lei Nº 14.949, de 6 de fevereiro de 2013 - Altera a Lei nº 13.556, de 9 de junho de 2009, que institui o Programa “Bolsa Talento Esportivo” O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei: Artigo 1º – Os artigos 1º e 6º da Lei nº 13.556, de 9 de junho de 2009, que institui o Programa “Bolsa Talento Esportivo”, passam a vigorar com as respectivas redações: I – o artigo 1º: “Artigo 1º – Fica instituído o Programa “Bolsa Talento Esportivo”, no âmbito do Estado, destinado prioritariamente aos atletas praticantes do desporto escolar e de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, individuais e coletivas, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades.

15. Qual o panorama atual da Atividade Física Adaptada?

Embora o Brasil tenha um histórico esportivo para pessoas com deficiência com mais de 50 anos, somente após os Jogos Paralímpicos de Sidney-2000 é que efetivamente começaram a serem abertos os espaços na divulgação e promoção desses feitos.

Os bons resultados conseguidos por nossos atletas a partir dos Jogos Paralímpicos de Seul 1988 somados ao trabalho consistente do Comitê Paralímpico Brasileiro a partir de sua criação em 1996 e a entrada em vigor da Lei Agnelo/Piva em 2001, assegurando recursos financeiros das loterias para o esporte paralímpico, permitiram que em 2004 nas Paralimpíadas de Atenas, pela primeira vez, tivéssemos a presença de uma equipe de TV brasileira na cobertura do evento. Esses são, sem dúvida alguma, os fatores que facilitaram o reconhecimento e a promoção do movimento esportivo para pessoas com deficiência em nosso país.

Nos dias atuais, o trabalho com atletas com deficiência chega com muito mais frequência e facilidade em todas as mídias disponíveis e em praticamente todas regiões brasileiras. Naturalmente ainda não chegamos ao mesmo nível de exposição de outros esportes como o futebol e o voleibol por exemplo. Mas a resistência e a forma inadequada ou apelativa em mostrar a pessoa com deficiência na prática esportiva está praticamente encerrada.

As entidades esportivas de pessoas com deficiência se tornaram mais visíveis e contam com mais facilidades e espaços na divulgação do seu trabalho nas mídias tradicionais, jornais, rádios e TV, além de usarem a mídia eletrônica via internet que está cada dia mais acessível e presente no cotidiano dessas entidades e pessoas. Essa disseminação do conhecimento propiciou o aumento de oportunidades com muitas entidades já existentes e outras tantas que vem sendo criadas abrindo frentes de atendimento a crianças e jovens com projetos de iniciação esportiva nas mais diversas modalidades.

16. Qual a repercussão destes investimentos na Educação?

Registre-se ainda a considerável expansão no número de escolas do ensino fundamental e médio que estão incluindo efetivamente seus alunos com deficiência nas aulas de Educação Física e no processo de iniciação esportiva, fato esse que pode ser verificado em cada edição dos Jogos Escolares realizados anualmente em vários estados brasileiros e no Distrito Federal. O resultado dessa ação regional se reflete nas Paralimpíadas Escolares, evento nacional, que tem apresentado a cada ano desde 2010, um contingente próximo a 20% de alunos inscritos que competem pela primeira vez nos jogos. São cerca de 200 novos alunos com deficiência, média de 10 por delegação, que se integram a cada ano ao evento nacional. Considerando que as competições locais são seletivas e classificatórias para a nacional e, em geral, para cada aluno selecionado outros cinco não conseguiram, podemos estimar que mais de 700 novos atletas tenham iniciado a vida esportiva em seus estados e no Distrito Federal.

Apesar de ser um número alentador ao compararmos com o total de alunos com deficiência matriculados do 6º ao 9º do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, onde a faixa etária fica entre 11 e 18 anos, verificamos que ainda temos um longo caminho a percorrer. Dados do INEP-Ministério da Educação referentes à matrícula escolar de 2014 informam que temos 246.300 alunos com deficiência no sistema escolar brasileiro. No estado de São Paulo são 60.258 alunos. Nesse ano de 2015, nos Jogos Escolares do Estado de São Paulo tivemos 948 alunos com deficiência inscritos, número superior aos 645 do ano passado, mas ainda muito longe da totalidade de matriculados. E essa situação é praticamente a mesma em todo o país.

É na escola, a partir do ensino fundamental que todas as crianças precisam, a partir de uma Educação Física de qualidade, ter acesso ao esporte. Aproveitando o ciclo olímpico e paralímpico que vivemos, esse será o maior legado a ser deixado e que contribuirá na melhoria da formação geral de nossos jovens e no desenvolvimento esportivo do nosso país.

17. As políticas públicas influenciaram as estruturas de apoio para reabilitação?

Voltando ao aspecto da promoção das pessoas com deficiência, cabe ressaltar também o aumento significativo de jovens e adultos, a maioria fora da faixa escolar, que por meio das atividades esportivas usadas como complemento na reabilitação de traumas estão sendo beneficiados no processo de reinclusão e inserção social e, como muitos dizem, voltando a viver. Mais uma vez é o esporte como indutor nas relações sociais.

As principais entidades da área da Medicina de Reabilitação, que são as responsáveis por grande parte da recuperação e reabilitação das pessoas com deficiência por traumas, lesões e doenças, têm na atividade física e esportiva como ação

complementar uma forte aliada desse processo. Entre elas merecem destaque a Rede de Reabilitação Lucy Montoro, o Centro de Reabilitação AACD, a ABBR - Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação e a Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

18. Fique a vontade para fazer as suas conclusões

Do pioneirismo do Clube do Paraplégico em São Paulo e Clube do Otimismo no Rio de Janeiro nos anos 50, chegamos hoje a um número muito grande de entidades e projetos que atendem as pessoas com deficiência com projetos esportivos que vão do trabalho de iniciação esportiva ao alto rendimento, atendendo de crianças a adultos com deficiência. Na maioria absoluta deles, o objetivo primordial está centrado no ser humano, na sua inserção ou reinserção social, na busca da autoestima, da superação. E a atividade física e o esporte demonstram e confirmam sua força e seu potencial quando desenvolvido adequadamente com conhecimento e compromisso.

Todas as pessoas têm plena liberdade na escolha e definição da sua atividade esportiva e isso se aplica naturalmente às pessoas com deficiência. Porém, essa definição pressupõe um conhecimento e vivência das diversas modalidades existentes, o que, de forma ideal, deve ter sua base na infância e na escola. No entanto, para ser um atleta praticante de uma determinada modalidade esportiva outros fatores são determinantes e no caso das pessoas com deficiência ainda existem limitações que impedem essa escolha. Temos modalidades esportivas que não são oferecidas para alguns tipos de deficiência, temos adaptações em algumas modalidades e ainda modalidades especificamente criadas para pessoas com deficiência, como o Goalball.

A atividade esportiva desenvolvida na maioria das entidades, mesmo aquelas com crianças e jovens, tem como objetivo a busca e identificação de atletas para equipes de competição. É o trabalho chamado de base que tem como meta o alto rendimento. Muitas entidades têm ainda uma “vocação” para determinado esporte que praticam e o oferecem como única opção. Nesse caso, temos muitas pessoas com deficiência que praticam determinado esporte por falta de opção. De forma diferenciada, o esporte com crianças na escola tem como objetivo principal oportunizar o conhecimento das diversas modalidades, contribuir no desenvolvimento físico e criar o hábito da prática regular da atividade física.

Em síntese, estamos caminhando com passos firmes na tão almejada busca de uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais solidária e que, efetivamente, inclua pela cidadania plena todos os seus cidadãos, com o compromisso de garantir o “direito para todos os humanos”.

ERROR: syntaxerror
OFFENDING COMMAND: --nostringval--

STACK:

/Title
()
/Subject
(D:20171025160740-02'00')
/ModDate
()
/Keywords
(PDFCreator Version 0.9.5)
/Creator
(D:20171025160740-02'00')
/CreationDate
(dulce)
/Author
-mark-